

Intervenção da DM Natacha Amaro sobre Petição 26/2018 – Em defesa da dignidade das mulheres – Prostituição não é trabalho.

56ª Sessão da AML – 28 de Fevereiro de 2019

Para o município de Lisboa, o PCP definiu cedo as suas prioridades de trabalho e acção em matéria de combate à exploração na prostituição, de forma bastante clara:

- O objectivo de termos uma cidade empenhada na rejeição da exploração na prostituição bem como de qualquer tentativa de regulamentação do negócio da prostituição;
- O apoio a programas específicos de formação profissional e de emprego para pessoas vítimas de tráfico e prostituição e de campanhas de sensibilização.

Este posicionamento político inequívoco por parte do PCP decorre de um longo trabalho no acompanhamento da problemática geral da prostituição mas também, em concreto, do que acontece na capital, como têm evoluído os fenómenos ligados à prostituição e ao tráfico e, acima de tudo, com uma profunda reflexão sobre o papel do poder local democrático no combate a esta inaceitável forma de violência.

A tentativa de uso da terminologia “trabalho sexual” e de marcação de agenda municipal a partir desse patamar, por parte do Bloco de Esquerda no exercício dos seus pelouros, que espoletou nomeadamente a Petição aqui em debate, veio precipitar a discussão em torno da questão da prostituição e, de certa forma, descentrá-la. Esta iniciativa do BE surgiu de forma abusiva, particularmente tendo em conta o trabalho desenvolvido pelo município de Lisboa ao longo dos anos, nomeadamente com organizações como O Ninho ou o MDM – duas das subscritoras da Petição, que têm uma posição sobejamente conhecida. Em diversos momentos e espaços (CML e AML), os eleitos do PCP procuraram rechaçar esta perspectiva de intervenção, propondo a inequívoca não utilização pelo município da expressão “trabalho sexual” bem como recentrar a acção do município na área da prostituição na perspectiva do apoio e protecção às pessoas prostituídas, da promoção de programas de formação profissional e reinserção social.

Foi esse um dos grandes objectivos da proposta do PCP apresentada em Junho passado, na CML, de uma Estratégia Municipal de Intervenção na Área da Prostituição. Com a aprovação desta proposta, em Novembro passado, que reuniu um largo consenso de várias forças políticas, a Câmara assumiu o compromisso de realização de um estudo de diagnóstico, com o objectivo de trazer informação nomeadamente referente à idade, sexo e nacionalidade das pessoas prostituídas, aos espaços de prostituição, zonas da Cidade e relação com situações de tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual; às situações de toxicodependência nas pessoas prostituídas; à organização do negócio, nomeadamente a sua relação com o turismo sexual e o crime de lenocínio, e a identificação das respostas sociais existentes.

O relatório hoje em discussão e votação, e que o PCP irá votar favoravelmente, diz: “Fica assim patente que a posição defendida pelos peticionários vai ao encontro daquela que é a vontade do Município, bem como do próprio Estado português, e que as suas pretensões foram já atendidas pelo Município.” Concordamos que a decisão política, no Município, foi tomada. Apontamos, agora, a necessidade da sua concretização real, com a implementação e cumprimento da Estratégia Municipal de Intervenção na Área da Prostituição quanto antes. Este poderá ser um marco fundamental não só no combate efectivo e concreto à exploração na prostituição em Lisboa como poderá ser um exemplo e um incentivo para outros municípios para também intervirem de forma activa nesta matéria.

Passados mais de 3 meses da sua aprovação, é fundamental saber o que foi feito, o que se perspectiva, como caminha o Município para a prossecução dos objectivos traçados com a Estratégia.

Para o PCP, o combate à exploração na prostituição continua a ser uma causa justa e actual, essencial na luta das mulheres pela efectivação da igualdade e na luta mais geral pela liberdade e democracia, pelo progresso, a justiça e a paz.